

DA IMPOSSIBILIDADE DE SE DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE DEUS: CRÍTICAS HUMEANAS AO ARGUMENTO ONTOLÓGICO DE SANTO ANSELMO.

Rubens Sotero dos Santos
Universidade Federal da Paraíba

I

Neste trabalho, buscarei extrair, a partir das obras de David Hume, críticas ao argumento ontológico proposto por Santo Anselmo. Trata-se, portanto, de uma crítica a partir de Hume e não uma crítica direta de Hume a Anselmo, visto que Hume em nenhum momento de suas obras se dirigiu ao Santo. Tentarei, na medida do possível, fazer um mapa do argumento, partindo de Anselmo até Hume, mesmo não sendo esse objetivo do trabalho. Minha finalidade aqui é reconstruir o argumento de Anselmo e após desconstruí-lo tendo como *apoio* as obras humeanas.

Anselmo tentou provar definitivamente que é impossível Deus inexistir. Ele buscou elaborar um argumento simples, a ponto de qualquer um compreendê-lo e ao mesmo tempo se convencer da existência de Deus, pois ele será, por assim dizer, autoevidente.

Anselmo definiu Deus como sendo “aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado” ou “o que é tal que não pode ser pensado algo maior”. (*id quo maius cogitari non possit*) (ANSELMO, 2008, p.3). Dessa forma, parece que todo aquele que ouvir tal definição entenderá e, assim, esse ser existirá pelo

menos na mente de quem a pronuncia ou a escuta. Ou seja, na medida em que entendemos a sentença supracitada é impossível dizer que tal ser não exista pelo menos em pensamento. Para Anselmo, todos conseguem pensar algo maior do que o qual nada pode ser pensado, sendo assim, esse algo ou ser existe pelo menos em pensamento. O argumento é semelhante ao que se segue: podemos pensar quimeras – sereias, dragões, pegasus etc. – dessa forma, esses seres existem pelo menos em pensamento, pois os pensamos. Se isso é verdade para pegasus, deve também necessariamente ser verdade para aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado. Com isso em mente, Anselmo garante que, pelo menos em pensamento, há um ser do que o qual nada pode ser pensado maior e esse ser é Deus (Cf. ANSELMO 2008, p13). Este é o primeiro argumento a favor da existência de Deus.

Após ter provado que Deus existe pelo menos em pensamento, como vimos, Anselmo foi além e tentou *demonstrar*¹, primeiro, que é impossível Deus inexistir na realidade e, mais, segundo, que é impossível ele não existir necessariamente. Dessa forma, a definição de Deus, segundo Anselmo, deve garantir Sua existência necessária *in re*².

Aquilo maior do que o qual nada pode ser pensando (Deus), existe no pensamento, mas, segundo Anselmo, posto à definição, é impossível Deus não existir *in re* (fora do intelecto) também. Pois “se, na verdade, existe pelo menos no intelecto, pode pensar-se que exista também na realidade, o que é ser maior” (ANSELMO, 2008, p. 12). Todavia, como Deus é por definição aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado, então Ele tem que existir na

¹ O argumento do Santo é um pretense argumento *a priori*: ele pretende desmembrar o conceito de Deus e dele extrair predicados de forma necessária, como, existência *in re* e existência necessária. Ou seja, se se aceita o conceito/definição de Deus, deve-se aceitar também as consequências necessárias. Veremos mais a frente que mesmo a definição sendo aceita as consequências não se seguem.

² Santo Tomás em sua *Suma contra os Gentios*, no volume I, Cap. X e XI, segue os passos de Anselmo e tenta demonstrar a existência de Deus por meio de um argumento *a priori* ou analítico. Ele pressupõe que existência e essência são inseparáveis em Deus e sendo Sua essência ser o ser maior do que o qual não é possível conceber outro, então, ao concebermos sua essência, ao mesmo tempo, concebemos sua existência.

realidade, do contrário, Ele não será aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado.

A definição: aquilo maior do que a qual nada pode ser pensado, designa Deus. E tal definição garante a existência Dele pelo menos no intelecto, uma vez que compreendê-la é tê-la no intelecto. Mas Deus não pode existir apenas no intelecto (*inIntellectu*), pois se assim fosse, poder-se-ia pensar que aquilo maior do que a qual nada pode ser pensado exista também na realidade, mas isso tornaria Deus menor do que esse ser que existe *in re*, o que é uma contradição. Com efeito, Deus existe tanto na mente como na realidade. Anselmo se utiliza de uma *reductio ad absurdum* para demonstrar a existência de Deus *in re*.

Sendo assim, as premissas são:

1 – Deus *só* existe no intelecto.

2 – Se aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado existe na realidade (pois é um ser possível) e esse ser não é Deus.

3 – Então, há algo maior que Ele, o que é contraditório.

Deus não existe na realidade, portanto, é falsa. Ora, (a) se Deus – aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado – existe apenas no intelecto e (b) pode ser pensado um ser maior que Ele (esse ser maior do que o qual nada pode ser pensado, com todos os atributos³ Dele *mais* a existência *in re*). Então, (c) pode se pensar um ser maior que um ente do qual nada maior pode ser pensado (Deus) o que é uma contradição manifesta. Portanto, Deus existe tanto no intelecto como na realidade (*in re*).

Dito de outra forma. (1) Deus existe no pensamento. (2) Deus poderia existir na realidade – é um ser possível. (3) se algo existe apenas no

³ Ser maior, aqui, é relativo a quantidade de qualidades. Dessa forma, Deus é o ser que não se pode pensar outro maior porque Ele possui todas as qualidades necessárias para torná-Lo o ser maior de todos, Ele, portanto, possui infinitos predicados e entre eles: de existência e de existência necessária, pois do contrário, como Ele poderia ser Deus se não existisse necessariamente *in re*?

pensamento e podia existir na realidade, então podia ser maior do que é. (4) suponha que Deus existe *apenas* no intelecto. (5) então como consequência (de 3 e 4) Deus podia ser maior do que é. (6) Deus é um ser maior do que o qual é impossível haver outro maior – definição de Anselmo. (7) o ser maior do que o qual nenhum é possível (só existe no intelecto – premissa 4) é tal que um ser maior é possível, pois há um ser maior do que o qual nada pode ser pensado que existe também na realidade. (8) então, é falso que Deus exista apenas no pensamento. (9) Deus existe na realidade, portanto. Assim, Anselmo derivou a existência *in re* de Deus de Sua definição. Trata-se, portanto, de uma aparente prova *a priori* da existência de Deus.

Posto isso, Anselmo foi mais longe e buscou defender que Deus não só existe no intelecto e na realidade como asseverou que a existência Dele é necessária – é impossível pensar que Ele não exista. Diz ele sobre isso:

alguma coisa maior do que a qual nada pode ser pensado' existe tanto no intelecto como na realidade, em todo o caso, é tão verdadeiro que nem se pode pensar que não exista. Porque pode-se pensar que existe alguma coisa que não se pode pensar que não existe, o que é ser maior do que aquela que se pode pensar que não existe (ANSELMO, 2008 p. 13).

Ou seja, pode-se pensar algo que exista necessariamente: algo que seja impossível sua inexistência.

1 – é possível pensar seres que possam deixar de existir (não é um ser cuja existência seja necessária).

2 – é possível pensar que haja um ser que exista necessariamente, segundo Anselmo.

3 – o ser que existe necessariamente é maior do que aquele que pode ser pensando inexistindo, (pois têm todas as propriedades em comum *mais* a existência necessária).

4 – Portanto, o que existe necessariamente é o ser maior do que a qual nada pode ser pensado.

Dito de outra forma. (1) alguma coisa maior do que a qual nada pode ser pensado pode ser pensado existindo necessariamente. (2) então tudo aquilo que pode ser pensado inexistindo é *menor* do que aquele pensado existindo necessariamente, pois ele terá todos os atributos do ser maior do que a qual nada pode ser pensado *mais* a existência necessária. (3) como Deus é aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado, então Ele existe necessariamente: existência necessária faz parte da definição de Deus, afinal, ela parece imprescindível para torná-Lo o ser maior do que o qual nada pode ser pensado.

O argumento é semelhante ao anterior. (1) podemos pensar algo que deixe de existir – contingente. (2) podemos também pensar algo que exista necessariamente – é possível, segundo Anselmo. (3) se algo existe apenas de forma contingente e pode existir necessariamente, então pode ser maior do que é. (4) suponha que Deus exista apenas contingentemente. (5) então como consequência (de 3 e 4) Deus podia ser maior do que é. (6) Deus é um ser maior do que o qual é impossível haver outro maior – definição de Anselmo. (7) o ser maior do que o qual nenhum é possível (mas que só existe contingentemente – premissa 4) é tal que um ser maior é possível, pois há um ser que não é Deus que existe necessariamente (um ser maior). (8) então, é falso que Deus exista apenas contingentemente (aceito a premissa 6). (9) Deus existe necessariamente, portanto.

Recapitulando, Anselmo definiu Deus como aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado e daí derivou sua existência *in intellectu* depois

existência *in re* e, por fim, Sua existência necessária. Posto os argumentos, vamos às críticas⁴.

II

O primeiro ponto que iremos analisar é a premissa que diz: pensar existindo na realidade é ser maior. Pois, disse Anselmo: “se, na verdade, existe pelo menos no intelecto, pode pensar-se que exista também na realidade, o que é ser maior” (ANSELMO, 2008 p. 12). Aqui, Anselmo pressupõe que existência não só é *algo* que se pode *acrescenta* a uma ideia (“se, na verdade, existe pelo menos no intelecto, pode pensar-se que exista também na realidade”, ou seja, pode-se acrescentar existência *in re* ao que fora pensado existindo apenas no intelecto), como ao mesmo tempo pode torná-la maior (“o que é ser maior”). Hume foi, talvez, o primeiro a perceber que isso é falso⁵. Nas palavras de dele,

É evidente que a ideia de existência não é nada diferente da ideia de um objeto. Quando, após ter simplesmente concebido alguma coisa, nós em seguida a concebemos como existente, na realidade não acrescentamos nada a nossa primeira ideia, e tampouco a alteramos. Assim, quando afirmamos que Deus existe, simplesmente formamos a ideia desse ser, tal como nos é representado; a existência que a ele atribuímos não é concebida mediante uma ideia particular que juntaríamos à ideia de suas outras qualidades, e a qual pudéssemos novamente separar e distinguir destas últimas. (HUME, 2009, p. 123).

⁴ Uma das primeiras críticas que Anselmo teve foi feita pelo monge Gaunilo, intitulada de: *Em defesa do insipiente*. A crítica, porém, se utiliza do mesmo erro: pressupor que existência seja predicado. Nela, Gaunilo busca mostrar que existe uma ilha perfeita a partir do mesmo raciocínio do Santo. Anselmo, responde-lhe que diferentemente da ilha, Deus é uma exceção à regra e só Ele existe necessariamente *in re*.

⁵ Ao que minhas pesquisas me levaram, Gassendi levantou uma crítica semelhante a que iremos apresentar aqui, a saber, de que existência não é predicado, criticando não Anselmo, e sim Descartes, mais especificamente a Quinta Meditação cartesiana (Cf. Descartes, 1996, p.413).

Se este é o caso, isto é, se existência não é uma ideia particular então pensar algo e depois pensá-lo existindo é, na verdade, pensar a mesma coisa sem acrescentar nada a primeira ideia. Não há variação nas ideias. Se existência não é uma ideia particular que se possa anexar a outras ideias tornando-as maiores, então, não se segue que “é ser maior” aquilo que se pensa existindo, uma vez que não há variação nas ideias. Sendo dessa forma, não faz sentido dizer que a ideia de Deus existindo no pensamento é menor do que a dele existindo *in re* e vice e versa. Hume ainda afirma que, “quando penso em Deus, quando penso nele como existente” e ainda “quando creio que ele existe, minha ideia dele não aumenta nem diminui” (HUME, 2009, p. 123).

Posto isso, fica claro que Hume traz elementos que podem atacar o pressuposto de Anselmo. Meu objetivo aqui, porém, não é só extrair uma possível crítica dos textos de Hume ao argumento ontológico de Anselmo, mas de tentar mostrar que os argumentos humeanos estão certos. Para tal, vamos aceitar a tese de que existência não é predicado⁶ e tentar falseá-la por meio de experimentos mentais. Se conseguirmos acrescentar existência a alguma ideia (mostrando-a, pois, como predicado), então, Hume estará errado, do contrário, Anselmo estará equivocado.

Dessa forma, através de um experimento mental, pensemos em uma pedra, ou em uma rosa, ou em um anjo, ou em Deus ou em qualquer outro ser. Agora, tentemos anexar existência a essa ideia; depois existência *in re*. A pergunta que fica agora é: em que a primeira ideia mudou em relação à última⁷? A resposta mais provável será, em nada! Assim, se não podemos acrescentar

⁶ Hume, como vimos, diz que *existência* não é uma *ideia*, eu utilizarei o termo *predicado* no lugar de ideia. Assim, o que busco mostrar é se a existência pode ou não ser entendida como um predicado. A pesar do termo ser diferente, o objeto é o mesmo: saber se a existência é algo que pode ser acrescido ou não às coisas. Defenderei, a partir do argumento de Hume, que não.

⁷ Quando se pensa em algo e depois nele existindo na realidade a única coisa que pode mudar é que, no segundo caso, normalmente, se pensa tal coisa ou ser entre outras coisas e seres, mas a coisa pensada em si mesmo continua inalterável.

existência a alguma ideia, então, não teremos motivos para defendê-la como predicado e, com efeito, é falso afirmar que pensar existindo na realidade é ser maior, pois tanto uma ideia como a outra são idênticas. Podemos também, por outro lado, pressupor que existência seja predicado. Pensemos em algo existindo, agora tentemos retirar-lhe a existência. Isso, porém parece impossível, ao “extrairmos” a existência, simultaneamente a coisa pensada desaparece. Não há, pois, tal coisa como predicado existencial, se fosse esse o caso, poderíamos anexar e extrair existência a qualquer momento e em *qualquer* ideia e a ideia continuaria tal qual.

Pode-se tentar objetar que essa nossa maneira de encarar o problema (através de experimentos mentais) é rasteira e pouco filosófica. Mas a isso responderia que Anselmo, de alguma forma, se utiliza do mesmo estratagema. Quando ele diz, Deus é aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado, ele está pedindo para que cada um pense em tal definição que, para ele, era clara e evidente. Dessa forma, quem aceita o argumento de Anselmo não pode rejeitar o aqui apresentado. Além do mais, o argumento de Anselmo frente ao o nosso mostra-se agora não tão claro, afinal, pedimos apenas para que se pense em qualquer coisa, depois nessa mesma coisa existindo (na mente ou na realidade) e após apontar a variação que houve na ideia. Podemos acrescentar ainda que tentar falsear uma tese por meio de *experimentos mentais* não só é válida, como é uma *boa forma de se filosofar*.

Podem também objetar que algo que só existe em pensamento não tem o mesmo *status* daquilo que existe de fato, isto é, um pegasus não tem a mesma realidade de um cavalo existente. Dessa forma, faria sim sentido dizer que ‘pensar existindo na realidade é ser maior’. Contudo, uma coisa é pensar algo que existe de fato, como um cavalo, outra é pensar uma quimera. É claro que um cavalo real tem, por assim dizer, mais realidade do que um pegasus enquanto ideia. Mas não é verdade que um cavalo pensado, um cavalo ideal,

seja maior ou menor do que um pegasus igualmente ideal. Ideias podem ou não ter uma referência na realidade, mas enquanto ideias, uma não se sobrepõe a outra. Ademais, ideias não são provas de que seus possíveis correlatos possuem uma realidade extra mental.

Mas mesmo que aceitássemos comparar ideias com a realidade o argumento do Santo não se seguiria. Isso porque se trata de um pretensão argumento *a priori*, assim, ele não dependeria da experiência, no caso, de comparar ideias com coisas do mundo. Um argumento *a priori* se dá por análise de conceitos, no exemplo, bastaria o conceito de Deus para se derivar de forma *necessária* sua existência, como pretendido por Anselmo. Além do mais, é demasiado absurdo querer comparar uma ideia ou conceito com a realidade (a ideia de um dólar com a cédula de um dólar, p. ex.). A única forma de o argumento funcionar, isto é, de que uma ideia pode ser maior do que outra, seja, talvez, afirmando que existência é predicado, mas já vimos que esse não é o caso. Portanto, não vislumbro como Anselmo poderia estar certo nesse ponto.

Dando como certo o argumento humeano – de que existência não é predicado (uma ideia particular) – o argumento ontológico tal como proposto por Anselmo torna-se inválido. Se a premissa que diz, pensar existindo na realidade é ser maior, é falsa, então não se segue que a definição de Deus, mesmo que válida, assegure Sua existência *in re*.

O segundo ponto trata da ideia de existência necessária. Anselmo, após a tentativa de provar a existência de Deus *in re*, tenta provar que sua inexistência é impossível. Para ele, Deus não só existe como é impossível que não exista.

O argumento é semelhante ao primeiro, só que mais forte. Anselmo ao entender Deus como existindo necessariamente, não só continua supondo que existência é um predicado que pode ser anexado a qualquer ideia, mas vai

além e diz que ela é algo necessário, isto é, algo que o contrário implica contradição. O ser que “possui” existência necessária, com efeito, não pode, jamais, inexistir.

O argumento de Anselmo diz “pode-se pensar que existe alguma coisa que não se pode pensar que não existe, o que é ser maior do que aquela que se pode pensar que não existe” (ANSELMO, 2008 p. 13). Então, aquilo que existe necessariamente é maior do que aquilo que não existe necessariamente. Irei mostrar, a partir de Hume, que é falsa a tese de que podemos pensar algo existindo necessariamente.

Antes de adentrarmos nessa crítica, vale esclarecer um ponto. O conceito de necessidade. Necessidade no sentido forte e legítimo do termo significa *algo que o contrário implica contradição*, ou, *aquilo que não pode ser de outra forma*.

Sendo assim, tudo que se pretenda ser necessário não pode por hipótese alguma ser diferente do que é, isto é, ser possível de outra forma que não a atual. Com efeito, se a existência necessária pertence a Deus, então Ele não pode inexistir, isto é, sua inexistência deve equivaler a uma contradição. Mas este não é o caso, nas palavras de Hume,

Alega-se que a Deidade é um Ser necessariamente existente e tenta-se explicar esta necessidade de sua existência afirmando que se conhecêssemos toda a sua essência ou natureza, perceberíamos que lhe é tão impossível não existir quanto a duas vezes dois não ser quatro. Mas é evidente que isto nunca poderá acontecer enquanto tivermos as mesmas faculdades que temos agora. Continuará a ser-nos possível conceber a qualquer momento a não-existência daquilo que anteriormente tínhamos concebido existir; nem pode a mente estar sujeita à necessidade de supor que um objeto continue a existir sempre, da mesma maneira que nos encontramos na

necessidade de conceber sempre que duas vezes dois são quatro. Por consequência, as palavras *existência necessária* não tem qualquer significado. (HUME, 2005 p.93)

Para tentar clarear mais o argumento humeano: pense que em nosso sistema solar há dois planetas Terra. Isso é falso, mas perfeitamente inteligível, ou seja, poderia existir outro planeta Terra em nosso sistema solar e isso não implicaria contradição, aceito isso, não implica contradição esse segundo planeta Terra não existir, como de fato não existe. Dito em outros termos, não implica contradição que o que pode existir (outro planeta Terra) não exista, da mesma forma, não implica contradição que aquilo que jamais existiu (outro planeta Terra) nunca venha a existir. Posto isso, fica claro que é possível pensar algo que não existe, mas enquanto a algo que existe deixar de existir? Ora, é perfeitamente possível que o planeta Terra deixe de existir, o mesmo para tudo que há nele. Se isso fosse impossível, implicaria contradição o que não é o caso. Bem, isso tudo que foi dito serve para mostrar que não podemos pensar algo que possua existência necessária, inclui-se aqui Deus, pois se pode pensar qualquer coisa que nunca existiu vindo a existir e da mesma forma coisas que existem deixando de sê-lo.

Objetar-se-ia que diferentemente das coisas pensadas, Deus é perfeito e algo perfeito não pode inexistir. Mas é claro que esse argumento é tendencioso e falso. Primeiro, os conceitos: Deus, existência necessária e perfeição não são analíticos, isto é, não são derivados de um único conceito de forma necessária com, por exemplo, todo o corpo é extenso. Pode-se dizer que é, mas não se pode conceber: uma bola quadrada pode ser dita, mas não concebida. Segundo, dizer que faz parte da definição de Deus ser eterno, portanto, ter existência necessária é dar como certo o que está em questão: existência necessária. Ademais, a primeira objeção cabe também aqui.

Se Deus existisse necessariamente, sua inexistência seria impossível, este, porém, não é o caso, ele pode inexistir, sua inexistência é perfeitamente possível e não implica contradição, diferentemente do exemplo matemático que Hume apresentou. Mas por quê? Porque é impossível pensar em tal coisa, tudo que existe pode inexistir! Para ser impossível Deus inexistir, sua inexistência deveria equivaler a uma contradição lógica, como, por exemplo, que um triângulo não tenha três ângulos ou que os números pares não sejam necessariamente diferentes dos números ímpares, o que não é o caso.

Dessa forma, a conclusão de Anselmo é falsa: não podemos conceber algo existindo necessariamente. Então, a existência de Deus apenas em pensamento não pode ser comparada a algo que exista necessariamente, assim, Deus existindo apenas no pensamento não será nem menor nem maior, e sua definição continuará válida.

Sendo assim, a demonstração de Anselmo se desmonta. Primeiro, porque existência não é predicado e, com efeito, Deus pode existir apenas em pensamento sem implicar contradição. Segundo, não podemos pensar algo existindo necessariamente, portanto, a definição de Deus permanece válida mesmo Ele existindo apenas em pensamento, de forma contingente. Em outros termos, a definição de Anselmo não garante nem existência em *in re*, nem muito menos existência necessária a Deus, mesmo que válida.

Anselmo tentou demonstrar a existência de Deus, nós, porém, buscamos mostrar, a partir dos textos de Hume, que ele não conseguiu, mas por que ele não obteve êxito? Porque parece ser impossível.

Hume em seus *Diálogos*, no personagem de Cleantes, diz:

Começo por observar que a pretensão de demonstrar ou provar uma questão de fato por quaisquer argumento *a priori* é evidentemente absurda. Nada pode ser demonstrado a menos que o contrário implique contradição. Nada que

possa ser distintamente concebido implica uma contradição. Tudo o que concebemos como existente também podemos conceber como não-existente. Portanto, não há nenhum Ser cuja não-existência implique uma contradição. Consequentemente, não há nenhum Ser cuja existência possa ser demonstrada. (HUME, 2005, p.93)

Dessa forma, 1) nada pode ser demonstrado a menos que o contrário implique contradição. 2) Nada que possa ser distintamente concebido implica uma contradição. Logo, 3) se o contrário de algo não implicar contradição (for possível), então, ele não será passível de demonstração (segundo as premissas 1 e 2). 4) O que pensamos como existindo, pode ser pensado também como não existindo, sem implicar contradição, Anselmo aceita isso, pois diz ele que há coisas “que se pode pensar que não existe” (ANSELMO, 2008 p.13). 5) Não implica contradição Deus inexistir, pois podemos conceber essa possibilidade. Então, 6) como decorrência das premissas 1 e 5 a existência de Deus não pode ser demonstrada.

Pode-se objetar aqui que não podemos pensar algo inexistindo, pois para tal, teríamos que pensá-lo não o pensando (pensar o não ser!). Mas a isso Hume talvez responderia: peço apenas para que se pense na *possibilidade* de algo que existe, inexistir, sendo isso possível, então, não implicará contradição e, por conseguinte, não poderá ser demonstrado.

Tentar demonstrar a existência de algo (inclui-se aqui a possibilidade da existência de Deus) é impossível, pois diz Hume na *Investigação*: “pode-se, portanto, afirmar com toda segurança, penso eu, que a quantidade e o número são os únicos objetos adequados do conhecimento e da demonstração” (HUME, 1999, p153). E, portanto,

Todas as outras investigações humanas dizem respeito unicamente às questões de fato e de existência; e estas não são, evidentemente,

suscetíveis de demonstração. Tudo o que é pode *não ser*. Nenhuma negação de um fato pode implicar contradição. A inexistência de um ser, sem exceção, é uma ideia tão clara e distinta como a de sua existência. A proposição que afirma que não existe, mesmo se é falsa, não é menos concebível e inteligível que aquela que afirma que existe. O caso é diferente para as ciências propriamente ditas. (...) que César, o anjo Gabriel ou um outro ser qualquer jamais existiram podem ser proposições falsas e, sem dúvida, perfeitamente concebíveis, e não implicam contradição (HUME 1999 p. 153).

A tentativa de se *demonstrar* a existência de Deus se baseia em raciocínio de existência, e esse tipo de raciocínio não pode ser demonstrado. Um raciocínio *demonstrativo* em Hume são aqueles *claros, evidentes* e com força de *necessidade*. Assim, fica explicado porque Anselmo não conseguiu demonstrar a existência de Deus para além da controvérsia: é impossível, pelo menos segundo os raciocínios humeanos, que parecem bem claros e válidos⁸.

Por fim, podemos ainda acrescentar que, mesmo que Anselmo tivesse demonstrado a existência desse ser maior do que o qual nada pode ser pensado, ele teria ainda a árdua tarefa de tentar provar que esse ser é Deus e, mais ainda, que esse Deus é o seu Deus cristão. Não há uma implicação lógica entre a definição acima e o Deus cristão. Primeiro, se fosse possível demonstrar que há um ser maior do que o qual nenhum outro pode ser pensado; segundo, se fosse possível demonstrar que há alguma deidade (Deus); terceiro, se fosse possível demonstrar que há a divindade cristã, ainda assim, ter-se-ia que demonstrar que os três seres são, na verdade, o mesmo ser, o que

⁸ A tentativa de Anselmo era partir de um conceito e daí derivar uma existência *in re* necessária. Isso, porém, não pode ser feito. Nenhum argumento *a priori*, analítico pode demonstrar a existência de algo. Não existe argumento *a priori*/existencial. Ou é existencial ou é *a priori*. Talvez se se aceitar a tese kantiana de juízos sintéticos *a priori*, mas aqui há a árdua tarefa de se mostrar como isso seria possível.

não é coisa fácil. Mas como vimos, o primeiro “se” já não pode ser demonstrado, portanto, resta pouco espaço para as demais suposições.

III

Vimos aqui que aquilo maior do que o qual nada pode ser pensado (Deus) pode não existir na realidade sem violar a definição – isso porque pensá-Lo existindo na realidade não acrescenta nada a ideia Dele. Vimos também que não podemos concebê-Lo existindo necessariamente, pois nos é impossível, e mais uma vez Sua definição não é violada, portanto, não há motivos para postular Deus existindo fora do pensamento. Por fim, mostramos como Hume traz elementos que mostram a impossibilidade de se provar a existência de Deus, isso apenas porque sua inexistência é perfeitamente *possível*.

Vale ressaltar aqui que nossa tentativa não foi provar a *impossibilidade* de Deus existir, mas apenas a impossibilidade de se *demonstrar* Sua possível existência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANSCOMBE, G. Por que la prueba de Anselmo en El “Proslogion” no es um argumento ontológico. *Anuário filosófico*, 1982, p.9-18.

ANSELMO. *Proslogion*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2008.

AQUINO, Santo Tomás. *Suma contra os Gentios*. Porto Alegre. Vozes. 1990.

DESCARTES. *Objeções e respostas*. Nova cultura. São Paulo, 1996.

HUME, David. *Diálogos sobre a religião natural*. Lisboa, Portugal. Edições 70, 2005

_____. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo. Nova Cultura, 1999.

_____. *Tratado da natureza humana*. 2. Ed. São Paulo. UNESP, 2009.